

O novo tempo, os novos atores sociais e a nova evangelização

Marilene Cabello Di Flora*

DI FLORA, Marilene C. O novo tempo, os novos atores sociais e a nova evangelização. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 33-48, 1999.

RESUMO

Neste trabalho, o autor se propõe a discutir a crise de paradigmas que caracteriza o tempo presente, a emergência de novos atores sociais bem como as relações que estes fenômenos guardam com a prática evangelizadora da Igreja na atualidade.

Após análise da crise de paradigmas no mundo do trabalho, da política e do conhecimento científico, mostrando que, em todos os campos, estão se revendo posições, o autor propõe algumas alternativas para a ação evangelizadora da Igreja no mundo atual, enfatizando a necessidade urgente de sua redefinição.

Unitermos: crise de paradigmas, atores emergentes, nova evangelização.

Uma série de acontecimentos impôs novas características ao processo de Evangelização da Igreja na atualidade. Poderosos processos de mundialização do capital ao lado de novos valores e novas formas de sociabilidade fizeram emergir novos atores sociais.

Estes fenômenos desafiam o modelo de ação evangelizadora da Igreja na atualidade, impulsionando-a à busca de novos caminhos fundamentados em um novo olhar sobre si mesma, sobre o homem e sobre a sociedade.

Uma Igreja comprometida com a construção de uma sociedade mais humana e mais digna exige que se leve em consideração o paradoxo contemporâneo que marca a humanidade neste final de milênio: o avanço tecnológico convivendo com níveis alarmantes de miséria e exclusão.

Os novos atores sociais estão encurralados na realidade do cotidiano no qual objetivam necessidades, idéias e emoções (Heller, 1985). Portanto, os valores cristãos só terão condições de serem assimilados e vividos por eles se nova pedagogia evangelizadora for viabilizada, direcionada para a dimensão afetiva e ético-valorativa do processo de construção do ser humano em sua cotidianidade.

* Departamento de Psicologia/Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Sagrado Coração – Rua Irmã Arminda, 10-50 – 17044-160 – Bauru – SP.

Este texto pretende levantar questões a respeito da necessidade de mudança do eixo paradigmático de ação evangelizadora da Igreja no Brasil, tendo em vista as necessidades destes novos atores sociais emergentes.

Sem dúvida, a crise de paradigmas, que caracteriza o mundo pós-moderno, coloca questões vitais para todas as instituições. Até que ponto a ação evangelizadora da Igreja dá conta, penetra na esfera do espaço vital onde se localiza a socialização do indivíduo, o cotidiano? Até que ponto as ações da Igreja, no processo de evangelização, levam em conta as mediações psicossociais como a afetividade e a dimensão ético-valorativa do ser humano?

A matéria-prima da reflexão ético-religiosa é o mundo do vivido.

A pergunta básica: em que mundo aprendemos a viver? De que forma o sujeito individual ou coletivo poderia livrar-se do domínio da racionalidade instrumental, imposta pelo capitalismo, em sua fase globalizada, reconquistando a função finalista ao longo da história? Como resgatar o ser “virtuoso” que ainda existe em todo ser humano?

É preciso alertar para os novos sujeitos políticos, as necessidades e demandas que encarnam e de onde estas surgem.

É no cotidiano que se exprimem as nossas necessidades, aspirações, vontades, ilusões. É aí que nascem as necessidades radicais, aquelas que funcionam como forças motivacionais suficientes para mudar o rumo da história. Por isso, é neste espaço microssocietal que a Igreja deve atuar. Caso contrário, ela corre o risco de estar pregando no deserto, pois não estará empregando a mesma linguagem do homem contemporâneo.

EM BUSCA DE RESPOSTAS: O INDIVÍDUO E O SUJEITO

A identificação do homem enquanto ser bio-psicossocial e espiritual confere-lhe uma especificidade de ser criador do novo. Desta forma, o inquietante panorama que vivemos neste final de década, século e milênio é fruto da própria ação do homem sobre a natureza em busca de satisfação de suas necessidades.

Na qualidade de criatura e criador da história, o ser humano não se livra dos condicionamentos que o envolvem necessariamente com sua época e com o contexto cultural onde se insere.

Da mesma forma, caracteriza-se como ser transcendente, capaz de ir além de seu próprio tempo, revolucionando a sua própria história e a história do lugar a que pertence.

Na verdade, a sua capacidade de ir além torna-o capaz de ser sujeito e pioneiro de um tempo novo.

Apesar de que, atualmente, as teses que defendem o determinismo social estejam enterradas e a emergência do sujeito sobre a história se faz presente, não podemos descartar a heteronomia do sujeito. Isto significa que todo indivíduo só desenvolve sua identidade e se torna pessoa no interior de uma sociedade que dá orientação à sua conduta.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

É na interação social com seu semelhante que o homem põe e repõe a sua identidade que, segundo Ciampa (1994), é metamorfose. Desta forma, se os processos psicogenéticos pressupõem os processos sociais, conforme afirma Enriquez (1994) baseado em Castoriades, esses últimos nunca anularão a individualidade que se apresenta sempre imprevisível, mesclada de contradições e ambigüidades.

A dominação ideológica advinda da cultura jamais é absoluta: provoca, sempre, os fenômenos de rejeição e resistência.

Segundo Paranhos (1984), toda dominação ideológica tem um limite ao se esbarrar em certos interesses do sujeito, os quais, se desatendidos, põem em risco a própria dominação.

Na relação entre os indivíduos e a sociedade, sempre coexistem assimilação e rejeições. Por isso, podemos considerar o sujeito como autor da história, estabelecendo com ela uma relação dialética.

Por mais que tudo nos pareça tão simples, em tese, na prática da vida cotidiana, as coisas se complicam e o sujeito vive sufocado pelo *indivíduo individualizado* (Enriquez, 1994).

Cabe aqui esclarecer esta distinção entre indivíduo e sujeito proposta por Enriquez (1994). Para este autor, o indivíduo individualizado é o indivíduo singular aprisionado pela massificação decorrente do apego a identidades coletivas. Este indivíduo, sufocando sua capacidade de transcendência, só sabe repetir, reproduzir, obedecer ao funcionamento social do qual é objeto.

Desta forma, quando nos referimos aos valores da sociedade atual, a qual defende o individualismo, na verdade não é a preocupação com o sujeito que está em pauta, mas a manutenção de uma dada ordem social que necessita desta crença para se auto-equilibrar. A sociedade de mercado necessita do egoísmo ético para reproduzir-se historicamente.

A figura do sujeito se opõe diametralmente a esta do indivíduo altamente massificado, preso na armadilha da administração estratégica (Enriquez, 1997).

Diante do indivíduo massificado, o sujeito aparece sufocado na sua vocação emancipadora diante da história.

A informação intensa e instantânea, na era pós-moderna, desemboca na perda deste sentido, conduzindo o sujeito à fuga da realidade, o desejo de escapar a um mundo duro que não se aceita e de cuja transformação não se tem esperança. É a morte do ideal e da utopia, esvaziamento de palavras como liberdade, justiça, solidariedade (Soares, 1996).

Apesar de tudo, o sujeito não está morto. O grande desafio a enfrentar é o resgate da unidade entre o sujeito e a história.

Em resumo, é este o grande desafio que se apresenta à Igreja em seu processo de Evangelização no espaço de uma nova era, novo tempo, nova cultura, onde a crise de paradigmas se acha instalada. Presenciamos a reviravolta de modelos nos diferentes setores da vida humana. A revolução tecnológica, a financeirização do mercado, o aumento da riqueza com menos trabalho e a reengenharia social criam novas perspectivas para o

homem em termos de tempo livre para o trabalho socialmente útil, em contraposição à ociosidade.

Este tempo novo exige que a Igreja volte-se para si mesma, reexamine sua prática de evangelização, atualize seus métodos.

A IGREJA DIANTE DA CRISE DE PARADIGMAS

A expressão “crise” designa alteração, incerteza, insegurança, rompimento com a tradição. Sociologicamente, pode ser caracterizada como um estado de perturbação social, causado pelo rompimento de padrões tradicionais de ação, ocasionando a desestruturação de indivíduos e grupos no interior de uma dada sociedade. Agostini (1994) apud Agostini (1995, p. 64) caracteriza o tempo em que vivemos, quando se expressa:

Sentimos pouca segurança nas respostas que encontramos diante das permanentes mudanças. O antigo e o tradicional parecem já não servir para as novas gerações. O moderno se impõe. E não raro, este também entra em crise, falamos, então, do pós-moderno. Seja qual for a era, temos a impressão de estar vivendo num vazio, fazemos a experiência do tédio, da ausência de sentido e de normas, de um individualismo narcisista e de um niilismo. O “mundo” é plural, policêntrico, planetário, ecumênico, parece estar escapando de nossas mãos.

A expressão “paradigma” designa modelo, padrão e possui uma função normativa referente ao seu caráter exemplar. Pressupõe, portanto, o conceito de adesão, consenso, partilha de um conjunto de crenças e práticas pelos membros de um grupo dado.

Os paradigmas são necessários, pois orientam a ação humana na busca da consecução de objetivos e finalidades. O que se discute, necessariamente, não é a existência de paradigmas, mas a sua imposição como se fossem verdades acabadas abafando a criatividade e autonomia do sujeito.

A crise de paradigmas se caracteriza pela falência de um modelo para a ação, o que acontece por mudanças conceituais, históricas, sociais bem como por mudanças de visão de mundo. A consequência disto é a emergência de um grande vazio e de uma grande insegurança e incerteza diante do novo.

Segundo Neves (1994), a questão é muito mais complexa do que aparenta ser, pois não se trata apenas de substituição de modelos, mas de ver como o homem elabora essa substituição. São estes momentos que reavivam no homem a consciência de sua incompletude quando o mito do porto seguro cai por terra.

A angústia advinda desta situação faz emergir os seus medos básicos: medo do retorno ao estado confusional inicial de sua vida, medo do ataque do novo ao qual não sabe manejar e controlar, medo da perda do que já estiver estabelecido e sobre o que exercia relativo controle.

Segundo Marcondes (1994), a revolução científica dos séculos XVI-XVII pode ser considerada um dos momentos mais significativos de cri-

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

se de paradigmas que a história humana já conheceu. Até então, havia o domínio do modelo geocêntrico do cosmo, tradição de Aristóteles o qual já substituído pelo modelo heliocêntrico, sistema solar proposto por Nicolau Copérnico.

Esta mudança do modelo de interpretação do cosmo representou muito mais do que o surgimento de uma nova teoria científica do campo da Física, pois derrubou conceitos que compunham o universo simbólico através do qual o homem se localizava no mundo, envolvendo seus valores, atitudes e comportamentos. Este acontecimento marcou o início da modernidade que enfrentou, de início, o grave problema de legitimar este novo modelo de explicação da realidade.

Na verdade, o advento do mundo moderno originou-se em duas revoluções: a Francesa, também conhecida como revolução democrática, e a industrial, com o surgimento da máquina.

A passagem para a modernidade marcou o surgimento de um sujeito humano capaz de perceber o valor da liberdade ao mesmo tempo em que inaugura a supremacia da razão na análise de todos os fenômenos da natureza.

O conhecimento ganha o caráter lógico-experimental, o desenvolvimento científico e a razão tomaram o lugar da tradição.

Diante desta crise de paradigmas, a Igreja se vê abalada no momento em que o iluminismo mina as bases da autoridade e da revelação; da mesma forma, a revolução democrática coloca em discussão a hierarquia da Igreja.

O processo de racionalização do mundo colocou em contradição a realidade do vivido e as necessidades da fé. Sociólogos respeitados, como por exemplo Max Weber, sugeriram que a religião se retirasse para a intimidade da consciência; portanto, o mundo do sagrado desapareceu, expulso pelo próprio homem. No final do século XIX e início do século XX, as religiões de um modo geral e, particularmente, o Cristianismo, foram consideradas como uma subseção do sistema mais amplo de dominação (Grossein, 1996).

Diante deste quadro, a Igreja responde assumindo um comportamento de defesa e se fechando em si mesma. Somente a partir do Concílio Vaticano II (década de 1960) a Igreja desenvolve um processo de discernimento da situação a partir do Papa João XXIII. Desta forma, procura dialogar com o mundo moderno, conscientizando-se da necessidade de elaborar novos parâmetros referentes ao processo de evangelização. Percebeu-se que a eficiência deste processo dependia do diálogo com a cultura e a história.

Nas vésperas do terceiro milênio, a Igreja se encontra diante de um novo ponto de estrangulamento na história da humanidade. Segundo Hobsbawm (1987) apud Dal Moro (1998), o último período deste século pode ser dominado como “A Década da Crise” devido ao que ele identificou como perda total de referências. Tudo indica que vivemos num tempo, no mínimo, desafiante e decisivo. A destruição dos valores im-

posta por esta crise exige que a Igreja novamente se reorganize, no sentido de oferecer novas respostas diante do novo quadro que se apresenta.

Em suma, após um período de reorganização de sua prática, mediante as exigências da modernidade, a Igreja, na contemporaneidade, enfrenta nova crise que põe em xeque a questão da objetividade científica. Percebeu-se que a razão e a ciência não conseguem resolver o problema básico do ser humano: a questão da felicidade.

O mundo ingressa na era pós-moderna, motivada fundamentalmente pela mudança na base técnica do trabalho e pela reengenharia das empresas.

O fenômeno da pós-modernidade tem sido tema de vários debates e seminários de estudo o que reflete a preocupação do homem em estabelecer parâmetros explicativos para o novo tempo que se delineia após o advendo da informática.

A expressão em si significa que ultrapassamos a modernidade e adentramos para uma nova era, inaugurando um estágio de grandes desafios em todos os setores de vida humana. O novo sobrevive, instalando-se a crise, pois valores antigos já não resolvem mais problemas atuais e os valores novos não estão ainda firmemente estabelecidos e apresentando resultados (Soares, 1996).

Na verdade, a contemporaneidade é a crise que, vista sob o lado positivo, consiste num período de muita fertilidade, permitindo o surgimento de alternativas aos modos de agir, pensar e sentir anteriormente consagrados.

O momento se caracteriza como o de uma busca de resposta às novas situações criadas pelo próprio movimento da história humana sobre o qual não possui controle absoluto.

A partir dos itens seguintes, procuraremos especificar as mudanças ocorridas em setores mais significativos de vida humana: o trabalho, mundo da produção; a política, mundo do poder; a ciência, especialmente as ciências humanas, o mundo da construção do conhecimento sistematizado.

As transformações ocorridas nestes setores implicam o processo de reelaboração e redefinição das formas de representação e significação social a favor de um projeto neoconservador. Sob o ponto de vista econômico-político, vivenciamos o fenômeno da globalização, com o triunfo do Mercado que se arvora no cumprimento de várias funções (Libânio, 1995).

Os nossos afetos, os nossos desejos e as nossas cognições são objeto de poderosos mecanismos de manipulação obliterando o surgimento de visões alternativas da realidade. Inaugura-se o tempo de morrer, onde a esperança e a motivação cedem lugar ao desespero e apatia conduzindo a um forte sofrimento psicossocial.

Por outro lado, esta crise dos anos 80 vê surgir um amplo despertar da religiosidade e nota-se, em todas as classes sociais, uma busca de experiência do sagrado. Segundo Crespi (1999) o retorno às velhas formas

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

de certeza fornecidas pelas crenças das grandes religiões se deve ao aumento de insegurança causada pela consciência de relatividade do conhecimento.

A CRISE DE PARADIGMAS NO TRABALHO, NA POLÍTICA E NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Mudanças de paradigmas no mundo do Trabalho e da Política

O mundo das organizações produtivas tem passado por inovações na base técnica do trabalho as quais têm causado grandes impactos sociais.

A característica principal destas inovações recai na mudança do padrão tecnológico taylorista-fordista para o modelo de integração e flexibilidade. O paradigma da empresa taylorista-fordista tem por base o princípio mecânico como padrão de produção.

A aplicação deste princípio na produção de bens e serviços implica a fragmentação do trabalho em operações e suboperações.

A produção seriada, a gerência com o monopólio do conhecimento, o adestramento prático do trabalhador nas tarefas mecânicas e padronizadas são algumas das principais características deste modelo.

A produção tem por objetivo o consumo de massa e, no interior da organização, o autoritarismo é a conseqüência lógica do tipo de estrutura ocupacional marcada pela hierarquia e rigidez.

O paradigma da empresa integrada e flexível, fundamentado no princípio microeletrônico, enfatiza a racionalização sistêmica e as demandas de qualificação.

A informação rápida, intensa e confiável constitui-se no principal eixo dinamizador do sistema. O trabalho se reduz em células de produção ou em trabalho de equipe. O trabalhador deve ser polivalente, apresentando um perfil mais amplo e qualificado. O trabalhador deve ser flexível, pronto a ocupar uma variedade de funções. A visualização da expressão do usuário satisfeito ou não com o produto deve ser a sua principal motivação.

A mudança no sistema produtivo requer, paralelamente, a mudança no sistema administrativo. A figura do chefe deixa de existir e o controle aparece embutido no equipamento e nas formas grupais de participação.

Os novos líderes empresariais devem possuir qualidades como charme e sedução, poder de persuasão, sabendo jogar com as aparências.

A ideologia da empresa incentiva comportamentos de abertura, criatividade, vontade de aprender, organização. Tudo parece indicar que, dentro deste novo modelo empresarial, o indivíduo reencontrou o seu lugar.

Na verdade, esta questão está sendo muito questionada por cientistas sociais europeus, da atualidade.

Para Enriquez (1997, p. 19), “jamais o indivíduo esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular das empresas) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique”.

Sob o ponto de vista político, o mundo atual presencia as transformações ocorridas na pedagogia da política, como decorrência da crise atual do capitalismo.

O projeto neoliberal assume dimensões internacionais com o processo de globalização e ocidentalização (Latouche, 1994). Este projeto global apresenta como elementos importantes: política da iniciativa privada, redefinição do conceito de cidadania.

A política liberal utiliza-se de uma pedagogia de manipulação de nossos desejos, afetos e cognições. O objetivo é produzir identidades individuais ajustadas ao clima ideológico do neoliberalismo.

A valorização da competitividade e eficiência são premissas significativas dentro do novo modelo.

O sistema em questão fundamenta-se no egoísmo ético que se traduz na maximização do interesse próprio. Desta forma, os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos, o consumo individual torna-se uma ficção para os pobres e a sociedade presencia uma inegável crise ética.

A mudança de paradigmas no mundo das Ciências Humanas

O advento da ciência em sua versão moderna ocorreu com o surgimento da Escola Inglesa de Francis Bacon que colocou a indução como critério de cientificidade e o único caminho para o alcance da verdade sobre a natureza e o mundo (Di Flora, 1991).

A partir daí, o homem passou a considerar-se o dono do universo acreditando que através da ciência poderia controlar e dominar a natureza alcançando as certezas.

Este espírito positivista espalhou-se para o campo das ciências humanas, inaugurando-se o mito da unidade do método científico para todas as áreas do conhecimento.

Ao lado desta tradição empirista iniciada por Bacon, desenvolve-se a tradição racionalista iniciada por Descartes, ambos comprometidos com um único projeto epistemológico: o de estabelecer os fundamentos da Nova Ciência justificando-a como o verdadeiro modelo explicativo do real, em contraposição aos modelos anteriores.

Para Marcondes (1994) é no próprio indivíduo, na sua capacidade de indução e dedução que as novas teorias científicas vão buscar os fatores de sua legitimidade.

É no argumento do *Cogito* de Descartes que se inaugura a tradição racionalista do conhecimento com base na razão subjetiva.

O pensamento de Descartes sobre o método dedutivo encontra-se sumariado em sua célebre obra *Discours de la Méthode*, escrita em 1637. A dedução como caminho para o alcance da verdade foi proposta pelo autor com base em seu descontentamento a respeito das formas de investigação até então existentes.

De acordo com o modelo cartesiano, a subjetividade é o elemento

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

dominante na relação sujeito/objeto enquanto relação de conhecimento.

Para Demo (1985) a proposta da Escola Inglesa de Bacon, Locke, Mill e Hume foi a primeira reação ao emprego excessivo da razão especulativa e do método dedutivo. A era da mensuração e experimentação, sem dúvida, iniciou-se com Galileu ao tratar movimentos e velocidades como fenômenos mensuráveis, dando início à Mecânica Contemporânea.

Segundo Bacon, a observação, o experimento e a testagem são os elementos básicos do procedimento científico. Fora deste, o que existe é especulação e subjetivismo.

O método experimental passa a ser o único caminho, ordenado e auto-suficiente de investigação da natureza, cujo predomínio se consolidou nos últimos 150 anos.

Segundo Hegenberg (1976), a tese da Escola Inglesa, que coloca a indução como caminho adequado na investigação da verdade, representa, na história da ciência, a visão ortodoxa do método científico.

O processo indutivo do conhecimento tem início na observação dos fatos. Partindo do particular, as generalizações são realizadas gradualmente até chegar às leis. É fundamental, nesse processo, o controle das antecipações mentais e preconceitos. As leis obtidas são confirmadas pela aplicação em situações novas.

Bacon desenvolve essas idéias em seu livro *Novum Organum*, publicado em 1620. Nessa obra, o autor dirige crítica ao aristotelismo, descharacterizando a lógica formal como critério de alcance da verdade, a qual se manifesta ao homem que deve dominá-la.

Na visão baconiana, o ser humano está em condições de reconhecer a verdade; no entanto, é preciso contemplá-la de espírito aberto, livre de erros e pré-noções.

Desconhecendo os obstáculos de ordem psicológica, psicossociológica e sociológica, que envolvem o sujeito que conhece, Bacon preconiza a possibilidade de alcance de “certezas” a respeito da Natureza.

O passo seguinte na elaboração deste paradigma subjetivista encontra-se em Kant o qual tentou superar a polêmica entre o racionalismo e o empirismo, elaborando a noção de sujeito transcendental, identificado pelo autor como a estrutura universal da subjetividade. Defendia Kant a possibilidade de existência de formas puras da sensibilidade e da intuição. A consciência individual é caracterizada como autônoma em sua capacidade de conhecer o real.

Por isso, o século XVIII será conhecido como o século das Luzes através do qual disseminou a crença de que todo homem é dotado de uma luz natural, de uma racionalidade capaz de permitir o alcance do real em sua pureza e objetividade.

No prefácio à 1ª. edição da Crítica da Razão Pura, diz Kant apud Marcondes (1994, p. 22):

“Nossa época é propriamente a época da crítica, à qual tudo tem de submeter-se; a religião, por sua santidade e a legislação, por sua majestade querem comumente esquivar-se dela”.

No século XIX, este paradigma subjetivista começa a entrar em crise devido às suas dificuldades internas. Este modelo não conseguiu explicar a relação da subjetividade com a objetividade. Até que ponto o objeto a conhecer não se torna uma mera construção do sujeito? Como distinguir o verdadeiro e o falso?

O caráter originário da subjetividade será questionado por Hegel que apresenta a tese de que a consciência é determinada historicamente; portanto, constituída pelas condições sócio-culturais e econômicas.

A subjetividade de cada um, segundo Hegel, é construída no meio social através do processo de interação das consciências, onde o trabalho e a linguagem exercem um papel fundamental.

Desta forma, conclui-se, a partir de Hegel, que a consciência ou subjetividade é formada através do processo de socialização pelo qual passam todas as pessoas enquanto seres sociais e históricos.

Este princípio coloca por terra a noção de sujeito transcendental defendida por Kant. O social, portanto, é anterior ao indivíduo.

A crítica ao racionalismo e ao subjetivismo é levada ao extremo por K. Marx quando defende que a consciência é determinada pelo ser social do homem encontrando sua explicação nas contradições da vida material e nos conflitos existentes entre as forças produtivas e as relações de produção. A estrutura econômica da sociedade é entendida como elemento determinante no processo de formação do sujeito e do próprio conhecimento.

Em sua análise do capitalismo, Marx considerou o econômico como fator determinante e dominante na produção da superestrutura política, jurídica e ideológica.

As representações, que a consciência produz, têm sua origem nas condições materiais de existência e a classe que domina materialmente também o faz espiritualmente.

Marx considera o homem como sujeito produtor da história, porém determinado pelo seu tempo e pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Na visão marxista, toda e qualquer transformação só ocorre a partir da mudança das condições materiais de vida; o conhecimento e a ciência, que permanecem no campo do pensamento, não poderão jamais ser fontes de transformação, pois sofrem o processo de alienação conseqüente da dominação ideológica.

Para Marx, a ordem burguesa produz a ineficácia da consciência e da ação humana no processo de renovação, elaborando obstáculos materiais no interior da realidade social. Por isso, a liberação do homem só será possível na medida em que se transforma a própria infraestrutura da sociedade.

A teoria marxista do modo de produção foi criticada por vários pensadores, dos quais se destaca Max Weber que levantou dúvidas sobre as relações entre a infraestrutura e superestrutura.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

Segundo Weber, estas relações não são verificadas universalmente; por sua vez, os fenômenos econômicos e culturais condicionam-se reciprocamente.

No final do século XIX, a relação problemática entre o conhecimento científico e a prática colocava em discussão o paradigma do método positivista e sua aplicação no campo das ciências humanas e sociais. Foi neste contexto de disputa sobre a metodologia das ciências sociais que Weber desenvolveu sua Sociologia da Compreensão, fundamentada na Teoria da Ação Social.

Em Weber, paixão e razão se condicionam reciprocamente e este dualismo entre o irracional e o racional dominou toda sua sociologia. Segundo o autor, a razão sacrifica a espontaneidade da vida, submetendo-a aos cálculos dos meios para atingir os fins; a paixão (fé) dá vazão às crenças, mitos e sentimentos humanos, por meio dos quais o homem se relaciona com os valores do mundo. Concebeu a Sociologia como ciência da compreensão centrada na tarefa de interpretar a ação social em que o sentido subjetivo do sujeito está referido a conduta de outros, orientando-se por esta em seu cotidiano. Só pela compreensão é possível apreender o sentido concebido subjetivamente por outro. Segundo Carone (1995), em contraposição às abordagens macrossociais do marxismo clássico, surge um novo paradigma, a partir, principalmente, da década de 1980: o paradigma das objetivações sociais de Agnes Heller.

A abordagem de Heller recai sobre o espaço vital da vida cotidiana, que representa o estar-aí de cada um de nós, sendo que as principais categorias trabalhadas são: indivíduo, necessidades, emoções, sentimentos.

A crítica principal que Heller faz ao marxismo clássico diz respeito, sobretudo, à questão dos determinismos - sociológico, histórico e econômico.

Por outro lado, a autora não descarta as categorias: ideologia, consciência e alienação.

Para Heller, o fenômeno da alienação ao qual o sujeito está exposto na sociedade não se relaciona diretamente com as questões de classe conforme defende o marxismo.

Alienação na visão de Agnes Heller se relaciona às questões da razão teórica e prática, sendo que o abismo existente entre estas duas formas de razão corresponde à alienação. Por outro lado, a emancipação do sujeito depende de sua capacidade em resgatar a função finalista perdida ao longo da história.

Em Heller, o dia-a-dia de cada um de nós é o espaço específico de estudo para se entender a ordenação e o desenvolvimento da sociedade na qual vivemos (Carone, 1995).

É na realidade da vida cotidiana que o homem encontra as condições para o desenvolvimento da Moral que em Heller se fundamenta no seguinte princípio orientador: “Importe-se com os outros seres humanos bem como na sua formulação negativa: não prejudique nenhum ser hu-

mano intencionalmente” (Heller, 1988 apud Granjo, 1996, p. 77).

Para Heller, a saída para os problemas da atualidade concentra-se na atuação dos grupos. No entanto, segundo Granjo (1996), a autora não conseguiu, ainda, superar a sua visão individualista. Menciona os grupos, acredita neles e coloca sobre eles a tarefa de salvação da crise atual, porém, não os encara em sua realidade.

Ao se pronunciar sobre a decência de cada um, a filósofa coloca-a como uma questão de escolha estritamente individual. O caráter absoluto do gesto moral inicial repousa inteiramente na resolução do indivíduo. Neste aspecto, não leva em conta a relação entre os condicionamentos sociais e a opção de cada um (Granjo, 1996).

REDEFINIÇÃO DA AÇÃO EVANGELIZADORA DA IGREJA NA ATUALIDADE: UMA NECESSIDADE URGENTE.

Os argumentos apresentados neste texto colocam-nos diante de complexas questões que desafiam a ação da Igreja na atualidade.

A crise de paradigmas que caracteriza o tempo presente indica que o momento é novo e intrigante, exigindo o repensar da evangelização.

Diante destas mudanças profundas e rápidas que caracterizam a sociedade de hoje, o agente de evangelização deve se esforçar para compreender e enfrentar as grandes questões desencadeadas por esta realidade que naturalmente afetam a sua ação pastoral.

Em se tratando especificamente da sociedade brasileira, onde o progresso tecnológico convive com níveis alarmantes de miséria e opressão, o processo de redefinição apresenta-se ainda mais premente.

A complexidade da cultura urbana e os novos valores que ela encarna exigem do evangelizador o despertar de uma consciência crítica diante do novo e uma reorganização urgente de sua metodologia de ação.

O avanço da tecnociência e da tecnologia exige uma reciclagem constante de todos nós. O novo é emergente e tudo é muito rápido e temos que acompanhar as novas linguagens senão corremos o risco de estarmos pregando no deserto. A filosofia contemporânea vem sinalizando as limitações do nosso saber, mostrando a impossibilidade de alcance de verdades absolutas ou critérios absolutos de racionalidade. O conhecimento como reflexo objetivo da realidade cede lugar à atividade de interpretação elaborada no interior de um contexto sócio-cultural determinado (Crespi, 1999).

Em decorrência disto, as Ciências Humanas, sobretudo a Psicossociologia, optam por novos projetos científicos e a subjetividade ganha um espaço considerável dentro destas novas propostas. Os estudos atuais neste campo têm demonstrado a importância das emoções enquanto mediadoras do psiquismo humano. As categorias indivíduo, necessidades, emoções, sentimentos, assumem espaços consideráveis nos atuais projetos de pesquisa.

Enfrentamos hoje uma cultura urbana, pluralista, multidimensional;

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

a crise se acha instalada e os modelos tradicionais para a ação estão sendo questionados, enquanto modelos alternativos ainda não se estabeleceram solidamente.

A religiosidade popular ganha um espaço considerável: o devocionismo, o intimismo e a prática das promessas sobrepõem-se ao culto oficializado e à prática da prestação de serviços à comunidade.

Tudo indica que vivemos numa nova realidade e, diante da exigência, novos códigos comunicacionais devem ser utilizados.

Em síntese, a partir do quadro situacional que se lhes apresenta, os cristãos se encontram diante de uma questão básica: como viver a Igreja comunitária e participativa e como testemunhá-la publicamente numa realidade urbana, pós-moderna, regida pela ótica do mercado cujos valores são diametralmente opostos aos do Evangelho?

O conjunto destes fenômenos, interligados, constitui-se no motivo principal da urgência de redefinição de ação evangelizadora da Igreja na atualidade. Dentro desta proposta, o processo de planejamento pastoral empreendido pela Diocese de Bauru – SP, sob a coordenação do PROCOMPAR/RNM, envolveu as bases que indicaram vários programas de ação à vista do diagnóstico levantado por pesquisas de campo empreendidas no período de 1995/96 (PROCOMPAR, 1997).

Dentre os programas sugeridos destacam os que objetivam a descentralização das regiões pastorais e a multiplicação das comunidades nas paróquias objetivando alcançar o ser humano na sua cotidianidade.

A descentralização é um processo que não se esgota em si mesmo, mas constitui-se numa ferramenta para a perseguição de determinados fins que, neste caso, é de busca de fortalecer a comunhão e participação com vista a anunciar Jesus Cristo em todos os ambientes e nas mais diferentes culturas.

A descentralização permite a fluidez do discurso e dos conflitos, possibilitados pelo movimento constante entre o todo e as partes. Os conflitos são positivos, pois é através deles que se trabalha em busca de soluções. Os conflitos são necessários, sobretudo hoje, quando vivemos um tempo que exige renovação. Diferencia-se de democracia, autonomia e participação.

Quando se descentraliza, redefine-se as relações de poder redistribuindo-o pelas partes envolvidas motivando-as à participação.

Na verdade, o poder é um fenômeno positivo e implica a capacidade e talento para se fazer alguma coisa. O perigo existe no momento em que este poder se transforma em dominação. Quem domina, submete o outro, invadindo o seu espaço, não permitindo a livre iniciativa nem a autodeterminação.

O poder que domina é negativo, porém o poder que se distribui e se coloca a serviço do outro é extremamente positivo. Portanto, a questão maior não é o poder, mas como ele é utilizado.

Descentralização não consiste em autonomia no sentido de desliga-

mento de uma idéia cultural ou de um fundamento que sirva de referência para a ação. Portanto, o que explica a relação entre centralização e descentralização não é a negação, mas a complementaridade.

A dialética guarda esta contradição entre o particular e o universal e o movimento entre centralização e descentralização não é antagônico, mas complementar.

O movimento entre a autonomia e a articulação é o que nos pode garantir um certo sucesso em nossas ações. A relação, portanto, entre um plano central e o cotidiano das paróquias não é antagônica, mas complementar.

Precisamos ter coragem e capacidade para entender este movimento, a fim de nos fortalecermos diante do novo. O movimento, naturalmente, obriga-nos à desinstalação, perturba e exige a reorganização de nossas ações.

A relação dialética entre o planejamento central e a participação constitui-se numa condição essencial no trabalho de evangelização.

A multiplicação das comunidades nas paróquias visa a resgatar o espírito comunitário, da fraternidade e partilha, próprio da Igreja primitiva. É na comunidade que se concretiza o estar-aí de cada um de nós. Por isso, é necessário que a Igreja se concentre no espaço cotidiano de cada um onde o indivíduo vivencia necessidades, desejos, aspirações, emoções e sentimentos.

Esta prática evangelizadora naturalmente requer do agente um conhecimento adequado sobre o tempo presente, bem como um manejo seguro de novas metodologias de ação.

DI FLORA, Marilene C. New paradigms, new social actors and new evangelization. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 33-48, 1999.

ABSTRACT

The author discusses the current paradigms crisis and the emergence of new social actors as well as the relations such phenomena have with the Church's evangelizing practice. After analyzing paradigms crisis in work, politics and scientific knowledge realm to show that revisionism is at work in every area, the author proposes some alternatives for the Church's evangelizing practice in nowadays world, emphasizing the urgent need of a redefinition.

Key Words: paradigms crisis, emergent actors, new evangelization.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

DI FLORA,
Marilene C. O novo
tempo, os novos
atores sociais e a
nova evangelização.
Mimesis, Bauru,
v. 20, n. 1, p. 33-48,
1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, N. *Teologia moral: entre o pessoal e social*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CARONE, I. A questão dos paradigmas nas ciências humanas e o paradigma da estrutura das objetivações sociais de Agnes Heller. In: LANE, S. T. M., SAWAIA, B. B. (orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense/EDUC, 1995.
- CIAMPA, A. da C. *A história do Severino e a estória da Severina*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CRESPI, F. *A experiência religiosa na pós-modernidade*. Bauru: Edusc, 1999.
- DAL MORO, S. M. Ética e prática pedagógica. *Filosofazer*, Passo Fundo, v. 12, n. 13, p. 7-16, 1998/2.
- DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo: Almed, 1985.
- DI FLORA, M. C. A ciência em questão. Discussão em torno do método. *Mimesis*, Bauru, v. 12, n. 1, p. 143-152, 1991.
- ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: LEVY, A. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *Revista de Administração de Empresa (RAE)*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 18-29, jan./mar. 1997.
- GRANJO, M. H. B. *Agnes Heller: filosofia, moral e educação*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GROSSEIN, J. P. (org.). *Sociologie des religions – Max Weber*. Paris: Gallimard, 1996.
- HEGENBERG, L. *Etapas da investigação científica*. São Paulo: Epu/Edusp, 1976. v. 2.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LATOUCHE, S. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significa-*

- ção e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LIBÂNIO, J. B. *A vida religiosa na crise da modernidade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.
- MARCONDES, D. A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Z. (org.). *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- NEVES, M. A. C. M. A crise dos paradigmas em educação na óptica da psicologia. In: BRANDÃO, Z. (org.). *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- PARANHOS, A. *A dialética da dominação*. Campinas: Papyrus, 1984.
- PROCOMPAR Rumo ao Novo Milênio: VI Plano Pastoral Diocesano. *Boletim Diocesano*, Bauru, v. 26, n. especial, dez. 1997.
- SOARES, M. L. A. As diferentes linguagens no ensino da geografia e outros ensinamentos. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 61, dez. 1996.
- DI FLORA, Marilene C. O novo tempo, os novos atores sociais e a nova evangelização. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 1, p. 33-48, 1999.